



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

01, 02 e 03 de setembro 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADISC	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 02/09/12
Assunto: Piso do Magistério em debate		Página: Online



[PeloEstado]

Piso do Magistério em debate

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, esteve em Brasília a fim de discutir soluções para o atual critério de reajuste do Piso Salarial Nacional dos profissionais do Magistério. O encontro foi no Ministério da Educação, com membros do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), do próprio ministério, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e secretários de Educação também dos estados do Espírito Santo, Sergipe, Bahia e Distrito Federal. Na reunião, foram apresentadas pesquisas sobre os salários do país, os diversos índices de reajuste e a tramitação para alteração do índice de atualização do piso pelo INPC. "Existe consenso sobre a valorização do Magistério expressa na Lei do Piso, porém, ela deve ser adaptada para garantir sustentabilidade", defende Deschamps. Na próxima quarta-feira (5), o Consed participa de reunião, no Congresso Nacional, da Comissão Especial de análise do PL 3776, que instituiu o INPC como índice de atualização. No encontro será apresentado o relatório final da comissão. Mas, já a partir da terça-feira (4), representantes das secretarias estaduais da Educação estarão reunidos para tratar de outro tema: elaborar um documento de propostas sobre o novo modelo do Ensino Médio. Participam do Fórum Nacional dos Dirigentes Estaduais do Ensino Médio, cujo resultado servirá de base para as discussões que serão feitas nos encontros regionais do Consed entre os dias 10 e 14 de setembro. Os secretários de Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul vão se reunir em Florianópolis, em data a ser definida. Os relatórios das reuniões serão apresentados nos dias 18 e 19 de outubro, durante a III Reunião Ordinária do Consed, também em Florianópolis.

Riscoacadêmico

O presidente do Sistema Acafe, Mário Cesar dos Santos, reitor da Univali, é o entrevistado da *Pelo Estado* desta segunda-feira (3). Ele falou com a reportagem da ADI-SC/Central de Diários/CNR-SC sobre a situação das instituições que têm dívidas com a Receita Federal, sobre a negociação feita para trocar parte dos valores por bolsas de estudos e dos prazos que devem ser cumpridos para o enquadramento no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). Para ele, nas condições em que a lei que criou o Proies foi sancionada, várias instituições comunitárias de ensino superior do estado ainda correm o risco de desaparecer.



Divulgação: Univali



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 03/09/2012
Assunto: Sem perder o foco na aprendizagem		Página: 08

A NOTÍCIA

Sem perder o foco na aprendizagem

| caroline.stinghen@an.com.br

A situação é inusitada. Duas escolas dividindo o mesmo prédio porque uma delas foi interditada não é uma notícia comum e poderia colocar em risco o projeto pedagógico, mas não nos exemplos desta reportagem. A Escola Estadual Léa Maria Aguiar Lepper, no bairro Saguçu, em Joinville, é uma unidade pequena e que abriga 240 alunos. Desde fevereiro, está emprestando salas para cerca de 200 alunos da Escola Monsenhor Sebastião Scarzello, interditada por problemas estruturais no ano passado. Quem olha de fora nem percebe e pode jurar que trata-se de uma única unidade. Porque mesmo com o aperto e as mudanças, as duas escolas mandaram bem nas notas do Ideb e continuaram apostando em iniciativas que estimulam o trabalho em equipe e a criatividade. Cada unidade funciona em um bloco diferente e mantém seus professores e coordenadores. Na hora do recreio, a coisa muda e o pátio recebe os alunos das duas escolas. Confira as histórias de sucesso dessas duas escolas.

Manutenção dos programas educacionais

Um salto no Ideb apesar dos problemas. Esse é o resultado alcançado pela Escola Estadual Léa Maria Aguiar Lepper, no bairro Saguçu. Para driblar situações como a mudança com parte do prédio cedido a outra escola, a direção e os professores apostam na manutenção dos trabalhos realizados, como o contato com atividades do dia a dia.

Na semana do Dia do Soldado, por exemplo, os alunos tiveram uma manhã diferente. Michele Caroline Moroski, 8 anos, e Víctor Hugo Costa Correia, 8, do 3º ano, andaram em uma ponte feita de cordas. O colega Cristian Raimondi Bucci, 8, adorou a brincadeira. “Conhecemos o que os soldados fazem”, falou o menino.

Para sair um pouco do ambiente escolar e aprender novas realidades, as turmas do 3º e 4º anos do ensino fundamental conheceram o 62º Batalhão de Infantaria de Joinville. “Nós realizamos saídas de campo com os alunos, para que eles conheçam coisas novas. Chegando na escola, há sempre uma atividade para colocarem no papel tudo o que vivenciaram”, explicou a diretora e mestre em Educação, Maria da Graça Leão Moreira.

“Educação não é só quadro e giz. É preciso desenvolver outras atividades, fazer uma socialização das crianças com a escola e a comunidade”, destacou.

A competência do trabalho em grupo - direção, professores e alunos - levou a Léa Lepper a assumir uma posição bastante confortável. Assim como a Monsenhor Scarzello, o colégio deu um salto tão grande que alavancou a média no Ideb nas séries iniciais. Dos 5,1 registrados em 2009, subiu para nota 7 em 2011.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De olho no projeto pedagógico

Problemas estruturais fizeram com que a Vigilância Sanitária interditasse a Escola Estadual Monsenhor Sebastião Scarzello, no bairro Itaum, em Joinville, em agosto do ano passado. Mesmo com a reforma emergencial - que deixou as crianças sem aula por uma semana - em dezembro, mais uma vez a escola fechou as portas de vez.

O projeto da reforma está sendo viabilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e precisa da autorização do governo do Estado para sair do papel. Em seguida, explicou a gerente regional de Educação, Clarice Portella de Lima, a escola deve ser municipalizada. "Para o município receber a escola, ela precisa estar reformada", disse a gerente.

Sem previsão do início da reforma e com as portas fechadas, os 321 alunos foram transferidos para duas escolas. Sete turmas da manhã e sete turmas da tarde dos 1º anos do ensino fundamental passaram a ter aulas na Escola Léa Lepper, que fica a cerca de oito quilômetros de distância. Já as quatro turmas das séries finais foram para a Escola Rui Barbosa. O Estado garantiu o transporte das crianças.

Nem todos esses problemas desanimaram alunos e professores. Prova disso foi o desempenho positivo no Ideb de 2011. A Monsenhor deu um salto de 1,3 na média (em 2009, o índice era 5,4). Agora, a escola pulou para 6,7 nas séries iniciais. Nas séries finais, uma boa notícia também: passou de 4,7 para 5,5. "2011 foi um ano bem complicado para todos. Ficamos surpresos com o Ideb. É resultado de um trabalho coletivo", avaliou a diretora Hênia Locks. Para ela, o esforço dos professores em inserir as atividades usuais da disciplina para o dia a dia das crianças e adolescentes contribuiu para a melhoria na qualidade de ensino e fez com que as interdições e mudanças não afetassem o aprendizado.





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: AN Destaque

Data: 02/09/2012

Assunto: Nós podemos melhorar

Página: 4/5

A NOTÍCIA

Nós podemos melhorar

Apesar de estar na 88ª posição no ranking mundial da educação, o Brasil - até por ser um País muito grande - está recheado de tentativas de mudar essa realidade. São ideias e iniciativas desenvolvidas por professores e escolas e que podem elevar a qualidade do ensino. Em Joinville, a Escola Senador Rodrigo Lobo é um bom exemplo de virada. A unidade já registrou notas baixas, mas conseguiu se fortalecer. Em 2011, teve a maior evolução em Santa Catarina nas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), atingindo a nota 6,2 nas séries iniciais. A Escola Antônia Alpaídes Cardoso dos Santos também aumentou sua nota e ajudou a alavancar a média das escolas estaduais em SC. Conheça o segredo que melhorou a qualidade nos dois colégios

Conhecendo o mundo das letras

A pequena Eduarda Beatriz de Oliveira Francelino, de seis anos, está na idade em que os livros com textos começam a fazer parte do dia a dia de uma criança. E todo mundo sabe que aprender a ler fica mais gostoso quando se tem um cantinho especial e aconchegante. A pintura verde da parede, o sofá azul e os livros coloridos da nova biblioteca da Escola Estadual Senador Rodrigo Lobo fazem toda a diferença para este importante momento da vida. Eduarda adora. E os colegas da escola, que atende a alunos do 1º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, têm um incentivo a mais para ler.

O novo espaço para os livros é apenas um dos projetos que a escola do bairro Jardim Sofia desenvolveu para incentivar o aprendizado dos 440 estudantes. Além da leitura, a matemática também ganhou uma sala especial. Com apoio do Ministério da Educação, a escola recebeu uma série de jogos que estimulam a concentração, estratégia e o trabalho em equipe. “Depois que chegaram estes jogos eu percebi que fiquei mais rápido nas tarefas, vi que estava fazendo mais rápido as contas”, contou Alisson Pedrozo Osório, 13, do 7º ano.

Este projeto, contou a coordenadora pedagógica, Teresinha Buzzi, foi uma das iniciativas para a escola levantar as notas e servir de exemplo para os demais colégios de Joinville. No Ideb de 2009, a Senador Rodrigo Lobo teve uma das notas mais baixas do Estado e a pior de Joinville. Nas séries iniciais eles tiraram 3,2, e nas finais, a nota foi 2. “Ficamos muito tristes. Foi muito duro ver nossa escola na televisão com esta notícia”, lamentou a coordenadora Teresinha.

Era hora da mudança. A equipe de profissionais da escola se uniu para fazer a diferença. Os incentivos para buscar a melhoria também vieram de fora. Foram computadores novos, jogos, livros didáticos, até condicionadores de ar - que serão instalados neste ano - e incentivo para a qualificação dos professores. “Hoje, temos muitos programas para bolsas de estudos. Eu ganhei uma integral para fazer uma segunda especialização. 90% dos professores, dos 28 que atuam na escola, têm pós-graduação. Além de focarmos na formação continuada”, complementou Teresinha.

A escola ainda recebeu o Programa Mais Educação do governo federal, que oferece aulas extra-curriculares no contraturno. São aulas de português e matemática, e outras três optativas, de meio ambiente, artes e esportes. “São cerca de cem alunos que têm alguma dificuldade nas disciplinas ou que possuem pais que trabalham o dia inteiro”, observou o diretor Gustavo Soares, que só trabalha há dois meses na escola, mas que já sentiu as transformações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

E todo este trabalho trouxe resultados. As notas do Ideb melhoraram significativamente. No índice de 2011, as séries iniciais registraram a nota 6,2 - um aumento de três pontos - e as finais 5,5 - crescimento de 3,5. Foi a escola estadual que apresentou a maior evolução no índice em Santa Catarina. "Todos estão agora perguntando a nossa receita. E o que eu digo até pode ser meio óbvio: trabalho em equipe. Os professores criam projetos pedagógicos, compram as ideias da coordenação, que também tem o apoio da direção", contou. "Ainda estamos aproveitando melhor os 45 minutos de aula. Criamos salas-ambiente para cinco disciplinas e esperamos agora ter ainda mais o apoio da comunidade. Quando a gente apresenta resultado, eles abraçam as ideias", avisou Teresinha.

Aprendizado com solidariedade

A Escola Antônia Alpaides Cardoso dos Santos, de Joinville, também tem aproveitado iniciativas lúdicas para conquistar os alunos. Os bons projetos e o empenho dos professores trouxeram um resultado positivo para escola. No Ideb 2011 a nota aumentou consideravelmente. Da média relativamente baixa de 2009 (4,6), as séries iniciais ganharam no último índice um 6,1, bem acima da média e bem acima do esperado.

Para desenvolver estes projetos, os professores contam com as sugestões dos próprios alunos. Foi o que aconteceu durante a aula da turma do 4º ano da professora Maristela de Oliveira, quando no meio de uma conversa sobre o terremoto de 2010 no Haiti, saiu um belo projeto que instigou a criatividade, leitura e escrita dos alunos, além de estimular a solidariedade.

Um aluno comentou que sua mãe conhecia um soldado do 62º Batalhão de Infantaria. No dia seguinte, os soldados que viajavam para o Haiti apareceram na escola para conversar um pouco sobre o tema com as crianças. Para agradecer o gesto dos soldados, os alunos foram instigados a escrever e criar cartinhas para os boinas azuis. No total, foram 127 soldados de Joinville para o Haiti em 2012. E todos eles ganharam uma recordação.

Com o apoio de mais duas professoras, Katia Micheluzzi e Jeanine Cristina do Nascimento, as crianças confeccionaram a carta e escreveram palavras difíceis. "Mas elas tiveram total liberdade para escrever e desenhar o que estavam sentindo", contou Maristela.

Os alunos ainda escreveram cartas que serão entregues pelos soldados a crianças no Haiti. "Como a língua é diferente, os alunos desenharam coisas que representassem a fraternidade ou imagens que mostravam o Brasil", explicou Maristela. A aluna Lara Aparecida de Figueiredo, de 10 anos, foi mais longe e procurou na internet a tradução do português para o francês, língua oficial do Haiti. "Falei para a criança que receber a carta, que mesmo longe podemos ser amigos", explicou a garota.

Paulo Gustavo Gomes Pereira, 11, gostou tanto da atividade e da visita dos soldados que já se decidiu: quer ser soldado. Mas primeiro vai tentar ser médico, para poder ajudar as vítimas de terremotos ou outras tragédias em missões de paz ao redor do mundo.

Por enquanto, os pequenos ainda não tiveram a resposta das crianças do Haiti. Elas esperam ansiosamente pelo retorno dos soldados, o que só ocorrerá em dezembro. As professoras pretendem fazer uma grande festa no dia.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 03/09/2012

Assunto: Escola e comunidade unidas para aprovar

Página: 22

DIÁRIO CATARINENSE



Everton e Jéssica foram ajudados por Gisele (no centro) dentro do projeto Os Amigos do Osni

PAC ESCOLAR

Escola e comunidade unidas para aprovar

O Programa Aprovação Certa foi criado em uma escola de Lages para diminuir os índices de repetência



PABLO GOMES

Lages

O estudante não vai bem nas aulas, suas notas estão baixas e ele reprova de ano. Cobrar? Brigar? Trocar de escola? Talvez nada disso funcione e só piore as coisas. Assim, o correto é unir, apoiar e agir. Foi o que fez uma das comunidades mais carentes de Lages.

O índice de reprovação na escola do bairro era alto e os alunos repetentes estavam desmotivados. A direção se mostrou preocupada. Até que uma ideia inovadora surgiu e todo mundo abraçou a causa. O que antes eram lágrimas, hoje são só sorrisos.

Era começo de 2009 quando a Secretaria da Educação de Lages de-

terminou a todas as escolas públicas municipais que estabelecessem metas para melhorar os índices de leitura e escrita entre os alunos. Cada uma adotou suas estratégias, mas a Escola Professor Osni de Medeiros Régis, no Bairro Tributo, fez mais do que isso e envolveu pais, alunos e professores numa campanha que está transformando a vida de todos eles.

O Programa Aprovação Certa (PAC) surgiu inspirado no Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal com o objetivo de reduzir ao máximo o índice de reprovação entre os alunos, atualmente num total de 560, do pré-escolar ao nono ano do ensino fundamental. Quando o PAC foi implantado, o índice de repetência era de 13,74%. Hoje, caiu para 7,1%.

A diretora da escola, Lídia Mara Pereira Furtado, destaca que com o PAC, os estudantes passaram a receber mais assistência pedagógica, atendimento psicossocial, reforço de informática, português e matemática, aulas de inglês, redação e literatura, escolhinhas de esportes, coral e dança.

Até aulas de valores e vivências eles frequentam, algo fundamental para uma comunidade onde o índice de

7,1%

é o índice de reprovação atualmente, contrastando com o do ano de 2009 que era de 13,74%

pobreza e criminalidade é grande e onde muitos alunos enfrentam problemas em suas famílias, como pais desempregados, presidiários, alcoolistas, violentos e usuários de drogas.

– Temos constatado uma melhora na autoestima e na integração entre os alunos. E não temos registros de violência e depreciação na escola.

Amigos do Osni ajudam a atingir o objetivo

O esforço da comunidade escolar teve uma boa recompensa, com a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A nota, que era de 4,1 em 2009, nos anos iniciais, passou para 5,9 em 2011. Nos anos finais, o índice passou de 3,8 para 4,5.

Uma importante ferramenta do PAC da escola é o projeto Amigos do Osni, no qual os alunos mais velhos, do sexto ao nono ano e com bom desempenho,

auxiliam os mais novos, do primeiro ao quinto ano. Os Amigos do Osni atuam voluntariamente e obedecem a uma escala de horário, nos turnos em que não estão em aula, permanecendo o dia inteiro na escola. Gisele Bonfim, 13 anos, é uma Amiga do Osni. Ela se ofereceu para participar do projeto, pois considera que o objetivo de ninguém reprovar depende muito do fato de não haver o sentimento de egoísmo.

– Adoro ajudar, pois acompanho o aprendizado e o crescimento dos pequenos, tanto que quero ser professora.

Assim, com a presença dos Amigos do Osni, alunos como Everton Teles Campos e Jéssica Cassão Borges, ambos de 10 anos e ajudados por Gisele, melhoraram o rendimento nas aulas.

Quem também comemora o sucesso do PAC é Rita Aparecida Rosa, 43, professora da escola e mãe de Marcos Vinícius, de nove anos e aluno do terceiro ano. Há apenas três meses, o garoto estudava em outra escola, não tinha interesse nas aulas e estava atrasado. Com o ingresso na Osni de Medeiros Régis, melhorou seu rendimento.



DIÁRIO CATARINENSE

“A gestão escolar é ineficiente”

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Um desafio foi lançado ao governador Raimundo Colombo. Responder **as seis perguntas** que norteiam a campanha do Grupo RBS. A Educação Precisa de Respostas, lançada na última terça-feira. As questões levantadas abordam problemas da educação básica, como reprovação, aprendizado abaixo do esperado, valorização do professor e participação da família na vida escolar dos filhos. Em suas respostas, enviadas por e-mail, o governador cita questões pontuais, como gestão escolar ineficiente, o currículo extenso do ensino médio e a pouca valorização do professor, tanto do ponto de vista salarial quanto social. Ele também coloca como entraves à falta de tecnologia em sala de aula e o pouco tempo que o estudante permanece na escola.

julia.antunes@diario.com.br
educacaosc@diario.com.br

Fala professor!

O site www.precisamosderespostas.com.br abriu um espaço para os professores contarem sobre projetos e trabalhos que estão fazendo em suas escolas. As ideias mais legais serão publicadas nos veículos do Grupo RBS.

1 – Por que mesmo sendo a sexta economia do mundo, o Brasil ainda está em 88º no ranking mundial da educação?

Raimundo Colombo – Por vários motivos, entre eles:

a) Educação nunca foi considerada prioridade número um no país, prova disto é que as universidades brasileiras são mais jovens do que outras universidades, inclusive, na América Latina. Da mesma forma, a preocupação com educação básica é recente e se consolida após a **LDB em 1996***, sendo que a universalização do acesso ao ensino fundamental é recente e que no ensino médio ainda está longe de ocorrer.

* LDB 1996: Lei de Diretrizes e Bases garantiu acesso ao ensino a todas as crianças e adolescentes entre quatro e 17 anos. Além de incluir a educação infantil na educação básica. Antes, crianças abaixo dos sete anos poderiam ficar em creches, que eram de responsabilidade de assistência social.

b) A profissão de professor é pouco valorizada, quer do ponto de vista salarial, quer do ponto de vista status de importância pela sociedade. A formação inicial dos professores está aquém das necessidades para atuar em sala de aula.

c) A gestão escolar é ineficiente, pois o país aplica uma quantidade de **recursos*** em relação ao PIB semelhante a diversos países desenvolvidos (e até em patamares superiores aos da China) e tem resultados inferiores.

* Por lei, municípios e estados precisam destinar 25% do orçamento para educação. Em média, o investimento do Estado fica em 26%. Em tramitação no Congresso, o Plano Nacional de Educação determina que o governo federal invista 10% do PIB. O investimento atual é de cerca de 5% do PIB.



ENTREVISTA

Raimundo Colombo
Governador de SC

Colombo destaca que o país nunca priorizou a educação

d) O processo de alfabetização de crianças é altamente ineficiente, sendo que o percentual de jovens e adultos não alfabetizados **plena-mente é elevado***.

* O Instituto Paulo Montenegro revelou que, apesar de o analfabetismo ter diminuído nos últimos 10 anos, 38% dos estudantes do ensino superior não eram alfabetizados em nível pleno.

e) Baixo tempo de permanência dos alunos na escola. Os países com melhores indicadores educacionais têm seu sistema educacional baseado em escolas de tempo integral.

2 – Por que 34,5% dos alunos do ensino médio não estão na série correspondente à sua idade?

Colombo – Em parte por conta das deficiências no processo de alfabetização realizado no ensino fundamental, em parte porque o ensino médio é pouco estimulante para o jovem o que eleva as taxas de reprovação e **abandono da escola***. Ao mesmo tempo, a falta de professores habilitados em diversas matérias também reduz o rendimento e o interesse do estudante para o aprendizado correto.

* A taxa de reprovação de SC no ensino médio é de 7,5%. A média brasileira é de 13,1%. O índice de abandono no Estado é de 8%, enquanto a taxa brasileira chega a 9,6%.

3 – Por que é importante os pais participarem da vida escolar dos seus filhos?

Colombo – Pesquisas internacionais apontam que a participação dos pais na vida escolar dos filhos, acompanhando seu desempenho, ajudando nas tarefas, estimulando a leitura e participando de atividades na escola aumentam significativamente a autoestima do aluno e seu desempenho escolar.

4 – Por que apenas 2% dos estudantes querem seguir a carreira de professor?

Colombo – A profissão de magistério perdeu a importância que tinha na sociedade quer por conta da pouca **valorização profissional***, do baixo reconhecimento que traz e das condições de trabalho pouco adequadas, em especial nas escolas públicas onde o professor muitas vezes tem de atuar em múltiplas funções, que vão de psicólogo à assistente social.

* Numa tentativa de oferecer salários mais condizentes, foi aprovada em 2008 a lei federal 11.738 que determina um piso salarial para o magistério. Com ela, o professor que ingressa hoje na carreira, de nível médio, não pode ganhar menos de R\$ 1.452. Este valor é reajustado anualmente. O último aumento, concedido neste ano, foi de 22%. Em SC, para cumprir a lei, o governo do Estado precisou achar a carreira dos professores, ou seja, diminuiu as diferenças salariais.

5 – Por que 89% dos estudantes chegam ao final do Ensino Médio sem aprender o esperado em matemática?

Colombo – Isto também tem muito a ver com o nível de aprendizagem obtido no ensino fundamental, aliado a práticas pedagógicas pouco estimulantes na área. Envolve também a cultura popular de que matemática “é difícil” e cria uma barreira a mais para seu aprendizado. Ao mesmo tempo, o excesso de matérias e conteúdos do **ensino médio*** impede a concentração do jovem naquilo que realmente vai fazer diferença para ele que é português e matemática.

* Um estudante de ensino médio aprende 13 disciplinas. O Ministério da Educação discute uma mudança curricular, para agrupar as disciplinas em quatro grupos: linguagens, matemática, ciências humanas e da natureza.

6 – Por que a maioria dos alunos matriculados no último ano do ensino fundamental não aprende o mínimo considerado adequado?

Colombo – Em parte por conta do processo de alfabetização ineficiente, mas também por conta da **pestrutura dos anos finais***.

* O ensino fundamental é dividido em anos iniciais (1º ao 5º ano), que tem apenas um professor por turma e finais (6º ao 9º ano), com um professor para cada disciplina.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Editorial

Data: 01/09/2012

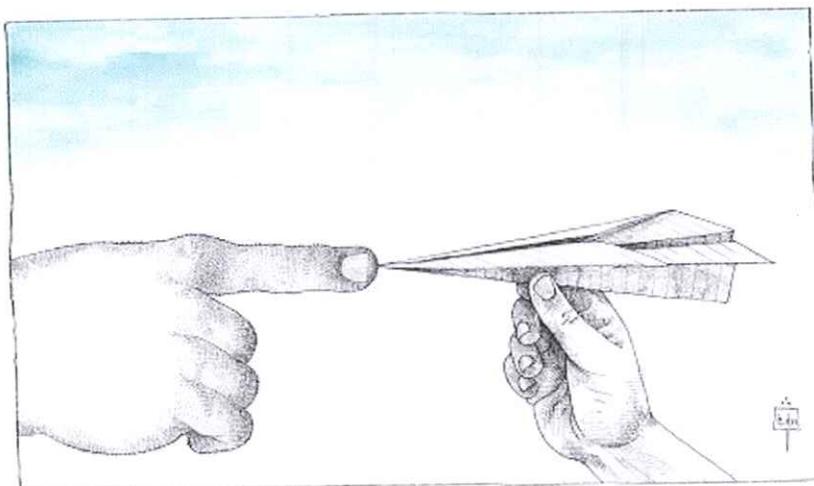
Assunto: Referências positivas

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

Editorial

REFERÊNCIAS POSITIVAS



Não deve ser por acaso que entre as melhores escolas públicas nos índices de avaliação de desempenho no país estão as militares. O que elas têm de diferente? Apoio logístico, disciplina e professores bem remunerados e comprometidos com o projeto. Já na rede pública, os professores, em geral mal pagos, costumam se queixar com frequência da falta de disciplina dos alunos. A questão da valorização dos docentes tem que ser enfrentada, mas a disciplina não depende de orçamentos, e sim de vontade política e de gestão. Obviamente, é impensável a extensão de regras militares na escola. A indisciplina, porém, tem que ser atacada seriamente, de modo que as escolas passem a dispor de mais autonomia para reger o comportamento dos alunos.

Um estudo recente do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) mostrou que, no Brasil, a desordem na escola e mesmo dentro da sala de aula é superior à média dos demais países pesquisados. Como o problema é crônico e costuma ter impacto direto no aproveitamento escolar, as instituições de ensino precisam se unir de vez para enfrentar as causas, que são múltiplas e, por isso, exigem ações diferenciadas, além do envolvimento



Não basta o rigor para enfrentar a indisciplina, que tanto afeta o aprendizado. É preciso que as escolas recorram também ao questionamento e a transformações como a educação inovadora e em tempo integral.

de toda a comunidade escolar. O primeiro passo é diferenciar o que se constitui numa inquietação típica de adolescentes e o que tem potencial para levar a cenas cada vez mais comuns de violência no ambiente escolar. Em muitas delas, alunos mais agressivos chegam mesmo a

transformar colegas e professores em vítimas, tumultuando um ambiente que deveria ser marcado pela paz e pelo respeito aos demais.

As ações bem-sucedidas de instituições de ensino demonstram que não basta o rigor para enfrentar a indisciplina, que tanto afeta o aprendizado. É preciso que as escolas recorram também ao questionamento e a transformações como a educação inovadora e em tempo integral, por exemplo. Os professores precisam se mostrar preparados também para facilitar aos alunos o convívio com noções de cidadania, respeito ao próximo, conscientização ambiental e educação para o trânsito, entre tantas outras áreas de conhecimento para a vida. E é necessário, sobretudo, convencer pais e demais familiares da importância de sua participação nesse processo, procurando resolver no ambiente escolar o que não conseguem em casa e não têm o direito de simplesmente transferir para os professores.

Os exemplos bem-sucedidos de fim da bagunça por meio não apenas do rigor, mas também do convencimento, são particularmente importantes, por demonstrarem que a solução não está ao alcance de algumas poucas escolas. Precisam, por isso, inspirar mais instituições a insistirem na pacificação dos ânimos, buscando remover de vez esse obstáculo ao aprendizado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 03/09/2012
Assunto: Educar e inovar		Página: 34

DIÁRIO CATARINENSE

Educar e inovar

Do leitor e advogado Mauro Goedert, que achou brilhante a iniciativa do Grupo RBS de colocar em pauta a discussão acerca da qualidade da educação em nosso país:

“Na entrevista concedida ao *DC*, Andreas Schleicher, físico alemão responsável pelo Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), que monitora os sistemas de ensino no planeta, dentre outras questões abordadas, ressaltou que a necessidade da formação de um magistério de alto nível, e que vai muito além de pagar melhores salários, passa, necessariamente, pela criação de um ambiente de trabalho atrativo com o fim da estrutura pedagógica do modelo taylorista, de reprodução e padronização do conhecimento. A proposta é de um recomeço, explorando principalmente a capacidade de inovação dos mestres e alunos, gerindo, assim, formas e tarefas complexas de pensar onde os computadores não possam assumir facilmente.”

Neste sentido, festeja o leitor: “Educar e inovar são verbos que vamos conjugar com mais frequência de agora em diante. Nota 10 à RBS pela iniciativa!”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Portal	Data: 02/09/2012
Assunto: O dinheiro da educação		Página: 02

A NOTÍCIA

O DINHEIRO DA EDUCAÇÃO

O pagamento de um 14º salário aos professores no ano passado e a tentativa de compra de uma nova sede para a Secretaria de Educação, para citar apenas dois exemplos, têm uma explicação: há dinheiro suficiente para bancar a educação básica em Joinville, embora a Prefeitura viva se queixando da falta de verba em outros setores. No final de 2009, o primeiro ano do governo Carlito, o município gastou R\$ 195 milhões em educação (infantil e fundamental). Desse montante, R\$ 108 milhões vieram do Fundeb. São números de despesas liquidadas, efetivamente pagas, não somente empenhadas. No ano passado, essa conta fechou em R\$ 233 milhões, com o Fundeb bancando R\$ 145 milhões. Um avanço de quase 20%. Pelas planilhas do Ministério da Educação, Joinville deve receber R\$ 165 milhões do fundo neste ano. Desde a época de LHS não se ouve um prefeito se queixando da falta de dinheiro para a educação. Como se vê, não há motivos para lamúrias: não tem dinheiro sobrando, mas está longe de enfrentar a escassez de outras áreas.



De onde vem

O Fundeb não é formado somente por recursos federais. Parte do dinheiro é um naco do ICMS e IPI, por exemplo. Iriam para os municípios de qualquer jeito, mas o Fundeb deu um jeito de carimbar, destinar exclusivamente para a educação. Pelo menos 60% do Fundeb têm que ser gastos com salários.

Onde vai

Enquanto a Lei Fiscal impõe limite de despesas com pessoal, o Fundeb obriga a gastar pelo menos 60% do fundo com salários. É um jeito de estimular os prefeitos a pagarem mais. Em Joinville, 80% do Fundeb vão para a folha. A União ajuda ainda na merenda e transportes.

Plano de cargos

A cobrança vem de tempos e talvez nos próximos quatro anos o magistério ganhe um plano de cargos e salários. É um jeito de tentar segurar os professores na rede, com regras mais claras de ascensão na carreira. Muita gente deixa a carreira no magistério não só pelo salário, mas por falta de perspectiva.

O custeio da educação é mais cara que a expansão propriamente dita. Os 12 centros de educação infantil programados serão erguidos em Joinville com recursos federais. Só que o custeio, o pagamento dos salários e das demais despesas, são com o município. No ensino fundamental, o desafio é a adoção dos dois turnos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Opinião	Data: 1 e 2/09/2012
Assunto: Escola e família		Página: 02

JORNAL DE www.santa.com.br
SANTA CATARINA

Escola e família

A ideia de que a aprendizagem é um problema da escola, a quem os pais devem delegar a atribuição de ensinar – como se, ao cruzar os portões da instituição, as crianças se despissem da condição de indivíduos situados num contexto sociofamiliar específico –, é mais arraigada do que se admite. É comum ouvir-se, em encontros de pais, expressões como “Quem tem de ensinar é a escola”, “Não tenho tempo para tomar lição em casa”, ou, pior, “Estou pagando, o colégio que faça a sua parte”.

Nesses casos, a culpa não é da sociedade contemporânea, mas da mentalidade herdada do passado, quando o ensino tinha caráter confessional. Mesmo em comunidades interioranas, famílias de prole numerosa, a quem não custaria um par de braços de trabalho a menos, costumavam enviar filhos e filhas aos colégios mantidos por ordens religiosas para que abraçassem a vida eclesial em troca de instrução. Os laços familiares não se quebravam, mas a escola assumia, na prática, sua tutela. Com o advento da escolarização em massa e da urbanização, fenômeno relativamente recente em países emergentes como o Brasil, a relação entre família e escola foi se modificando, embora lentamente. Persevera, no entanto, a concepção errônea da educação como um processo mecânico, que envolve apenas professor e aluno.

É oportuna a proposta de que famílias e escolas se aproximem. A aprendizagem exige a participação ativa de pais e demais integrantes do núcleo familiar. Não se propugna, com isso, a confusão de papéis entre familiares e educadores. A cada um compete uma responsabilidade no que toca à formação do aluno. A colaboração de escola e família é poderosa e capaz de resultar em avanços indispensáveis à melhoria do ensino.



Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Clóvis Reis	Data: 1 e 2/09/2012
Assunto: A formação do professor		Página: 31

A formação do professor

Todos os especialistas ouvidos pelo Santa na série de matérias da campanha A Educação Precisa de Respostas, em algum momento, fazem referência à formação do professor como condição fundamental para que o país melhore os indicadores de qualidade na área. A afirmação não constitui novidade. Quanto mais qualificados estejam os docentes e quanto mais seguros respondam aos desafios sociais contemporâneos, maiores são as chances de êxito na sala de aula. A contradição reside no hiato entre o diagnóstico oficial e a execução de medidas que, efetivamente, assegurem as condições para a superação de tais obstáculos.

No âmbito das bolsas de estudo para o financiamento da graduação, por exemplo, são escassos os programas que privilegiam os cursos de licenciatura. As ofertas existentes hoje, em geral, restringem-se à complementação de estudos para docentes que atuam na rede pública num campo de trabalho diferente da habilitação original. Evidentemente, trata-se de uma iniciativa importante, mas insuficiente diante da necessidade de criação de novos quadros. Se a formação de professores constitui uma prioridade, uma área estratégica para o desenvolvimento do município, do Estado e do país, por que as iniciativas oficiais não reservam uma parcela dos investimentos exclusivamente para as licenciaturas?

“
Se a formação de professores constitui uma prioridade, por que as iniciativas oficiais não reservam parte dos investimentos exclusivamente às licenciaturas?”

As dificuldades para o pagamento das mensalidades, aliadas à falta de perspectivas salariais futuras, provocaram ao longo dos anos uma queda acentuada na procura dos cursos de graduação na área do magistério. Na maioria dos campos de atuação, há muito mais vagas nas salas do que estudantes nas carteiras, o que levou ao gradual encolhimento na oferta regular de diferentes habilitações. Nesse sentido, a instalação de uma universidade federal no Vale do Itajaí a partir da Furb, o que se convencionou chamar de projeto Furb Federal ou federalização da Furb, cumpriria um papel nevrálgico para o atendimento das demandas regionais e a implementação de políticas públicas em áreas estratégicas para o nosso desenvolvimento, como é o caso da educação.

O fato é que, se hoje faltam professores em sala de aula e se aqueles que estão lá precisam de melhor formação, a culpa definitivamente não é deles. Os especialistas ouvidos nas matérias do Santa sabem disso. Está na hora de fazerem algo para que o quadro mude.

► O professor universitário Clóvis Reis escreve neste espaço aos finais de semana